

**Código: AN01 – Cargo: Analista Técnico I
(Ciências Contábeis)**

PROCESSO SELETIVO



2.ª Fase (Etapa 1)
Avaliação de Conhecimentos Específicos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e se os dados identificadores do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, e uma proposta para a prova discursiva (estudo de caso), acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

Conforme previsto no comunicado de abertura do processo seletivo, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.**
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo.**
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em comunicados, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.**

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o comunicado de abertura do processo seletivo.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 11.638/2007, e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem.

- 1 O valor justo das matérias-primas e dos bens disponíveis em almoxarifado equivale ao valor líquido com que possam ser alienados a terceiros.
- 2 As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante são avaliados a valor de mercado ou custo, utilizando-se, nas classificações, o de maior valor.
- 3 A data fim do exercício social não coincide, necessariamente, com a data fim do ano civil.
- 4 Regulamentações específicas acerca da avaliação e contabilização de aquisição de controle societário podem ser fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 5 A demonstração do valor adicionado expressa o valor da riqueza econômica gerada pela empresa e o valor adicionado transferido por terceiros à companhia.

Considerando o disposto na Lei n.º 6.404/1976 e nas que a modificaram e os pronunciamentos do CPC, julgue os próximos itens, acerca de demonstrações contábeis.

- 6 Na demonstração de fluxo de caixa, os pagamentos de juros de financiamentos comerciais e bancários contraídos por uma empresa devem ser classificados como saídas originadas das atividades operacionais dessa empresa.
- 7 Os ganhos e as perdas atuariais, apesar de ainda não incorridos, são reconhecidos e demonstrados na demonstração do resultado abrangente.
- 8 No ativo realizável a longo prazo, são registrados os direitos realizáveis após o término do exercício social seguinte que não constituam negócios usuais da companhia.
- 9 A determinação dos valores que servirem de base à elaboração das demonstrações contábeis obrigatórias de determinada companhia deve atender ao disposto na legislação tributária.
- 10 Uma aplicação financeira será considerada equivalente de caixa caso seja imediatamente conversível em um montante conhecido de caixa, ainda que haja risco de alteração de seu valor.

Com base nos pronunciamentos do CPC acerca da avaliação do valor de ativos e passivos e da apuração de valor recuperável, julgue os itens subsecutivos.

- 11 A redução nas taxas de juros que afetem o retorno necessário sobre os ativos da empresa constitui indicador de desvalorização.
- 12 O cálculo do valor em uso de uma unidade geradora de caixa demanda a alocação de ativos para a unidade, a previsão dos fluxos de caixa futuros da unidade, a determinação da taxa de desconto e o desconto dos fluxos de caixa.
- 13 Derivativos devem ser sempre avaliados pelo valor de mercado.
- 14 A determinação dos custos de venda é um dos procedimentos requeridos para a determinação do valor em uso dos ativos.
- 15 Valor recuperável é o maior valor entre o preço de venda, líquido dos custos da venda, e o valor em uso.
- 16 Caso não haja indicio de desvalorização, é facultativa a verificação anual da redução ao valor recuperável de ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso.

Considerando os pronunciamentos do CPC acerca do tratamento dos itens do ativo não circulante, julgue os itens a seguir.

- 17 Denomina-se *goodwill* o ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- 18 Compõem o ativo não circulante o ativo realizável a longo prazo, o ativo imobilizado, o ativo intangível e o ativo permanente.
- 19 O arrendamento mercantil cujo prazo de arrendamento cubra a maior parte da vida econômica do bem arrendado consiste em um arrendamento operacional.
- 20 A contabilização da perda de valor recuperável de um ativo imobilizado deve ser efetuada a débito de uma conta de resultado em contrapartida de uma conta redutora do ativo imobilizado.
- 21 Uma marca ou patente gerada internamente pela empresa não pode ser reconhecida na contabilidade desta.

A respeito de avaliação, controle e contabilização de estoques, julgue os itens que se seguem.

- 22 Na ausência de integração e coordenação entre a contabilidade societária e a contabilidade de custos, o valor do estoque de produtos acabados pode ser arbitrado em 150% do maior preço de venda praticado durante o exercício.
- 23 Os estoques das empresas agrícolas, compostos de produtos agrícolas e ativos biológicos, quando apresentarem características de matérias-primas, deverão ser mensurados ao valor justo, deduzidas as despesas de venda.
- 24 Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado fabricante vende, habitualmente, um produto acabado por R\$ 100,00. Para produzir esse item, tal fabricante gasta R\$ 120,00 e, para efetuar a sua venda, ele incorre em gastos de R\$ 10,00.
Nessa situação hipotética, o produto deve ser registrado no estoque do fabricante com o valor de R\$ 90,00.
- 25 Os efeitos de uma eventual mudança no critério de avaliação de estoque de um exercício para o outro devem ser contabilizados no patrimônio líquido, como ajuste de exercícios anteriores.

A respeito das retenções do imposto de renda na fonte, julgue os seguintes itens à luz do Código Tributário Nacional e das demais regulamentações pertinentes.

- 26 De forma geral, o imposto de renda deve ser retido e recolhido pela fonte pagadora do rendimento, havendo caso, entretanto, em que o imposto pode ser retido e recolhido pela própria pessoa jurídica que receber os rendimentos. Nesse caso, a fonte pagadora fica desobrigada de efetuar a retenção do imposto.
- 27 O décimo terceiro salário e os rendimentos de aplicações financeiras de pessoa física, por estarem sujeitos à tributação exclusiva/definitiva na fonte, podem ser compensados na declaração de ajuste anual do imposto de renda.
- 28 Estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte importâncias pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, ou importâncias creditadas por aquelas em favor destas, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, como, por exemplo, serviço advocatício, de contabilidade e de leilão.
- 29 O adiantamento efetuado para prestação de serviço ainda não realizado constitui fato gerador do imposto de renda, o qual deve ser retido na fonte, por representar a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica.

De acordo com a legislação vigente, julgue os itens de 30 a 34, acerca das retenções na fonte de CSLL, PIS/PASEP e COFINS.

- 30 Quando enquadrado no SIMPLES NACIONAL, o beneficiário do rendimento deverá comunicar a situação de optante do SIMPLES, sob pena de sujeitar-se à retenção, à alíquota de 4,65%, das contribuições sobre o valor total da nota fiscal ou do documento fiscal.
- 31 Conforme a legislação em vigor, as retenções na fonte de CSLL, PIS/PASEP e COFINS incidem sobre os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e a pessoas físicas, pela prestação de serviços como manutenção e limpeza e serviços profissionais.

- 32 A responsabilidade referente à retenção e ao recolhimento das contribuições é da fonte receptora, ou seja, da pessoa jurídica prestadora de serviço.
- 33 O fato gerador das contribuições é a data do pagamento dos serviços prestados; entretanto, as retenções alcançam também os pagamentos antecipados relativos a aquisições de bens ou prestação de serviços para entrega futura.
- 34 A base de cálculo para fins de retenção de CSLL, PIS/PASEP e COFINS é o valor bruto do serviço prestado, sem qualquer dedução.

Com base na legislação vigente, julgue os itens a seguir, a respeito das retenções na fonte de INSS e ISS.

- 35 O contribuinte do ISS é qualquer pessoa definida como empresa, profissional autônomo ou prestador de serviços em relação de emprego, desde que preste serviço incluído na lista expedida pela lei ordinária municipal e lei complementar.
- 36 A retenção previdenciária será dispensada quando o valor correspondente a 11% dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pelo INSS ou quando a contratada não possuir empregados e o serviço for prestado pessoalmente pelo titular ou sócio e seu faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição, cumulativamente.
- 37 A base de cálculo para fins de retenção do ISS considera o preço do serviço (receita bruta), sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.
- 38 Por ter tratamento diferenciado no recolhimento dos tributos, a empresa optante pelo SIMPLES está isenta da retenção previdenciária.

RASCUNHO

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os próximos itens.

- 39 A amortização de empréstimos, diferentemente da amortização de dívida, deve ser classificada como receita de capital.
- 40 As aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização devem ser classificadas em despesas de capital.
- 41 Se não importar em constituição ou aumento de capital, a despesa realizada com a aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidades de qualquer natureza deve ser classificada como despesas correntes.
- 42 A previsão das receitas tributárias constantes da lei orçamentária anual (LOA) deve ser demonstrada em valores líquidos.
- 43 As receitas provenientes de recurso recebido de outras pessoas de direito público ou privado podem ser classificadas como receitas correntes ou de capital, conforme a finalidade de sua transferência.

Julgue os itens a seguir, referentes a créditos adicionais.

- 44 A vigência dos créditos adicionais suplementares não pode ultrapassar o exercício financeiro em que os créditos forem abertos, independentemente da data em que ocorrer essa abertura.
- 45 Os créditos adicionais, que suplementam a dotação constante da LOA, classificam-se em suplementares, especiais ou de transferências.
- 46 Na LOA elaborada para o exercício financeiro de 2012, ante a possibilidade de ocorrência de fato novo nesse exercício, pode constar autorização ao Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais especiais.

Com referência a noções de legislação orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 47 Os compromissos identificados após o encerramento do exercício financeiro correspondente podem ser pagos, após o seu reconhecimento, pelo ordenador de despesas, sem a necessidade do respectivo empenho.
- 48 Imputa-se ao ordenador de despesas a responsabilidade por prejuízos causados à fazenda pública, durante a execução orçamentária, decorrentes de atos praticados por servidor público a ele subordinado.
- 49 Os empenhos emitidos em 2011, contudo não liquidados ou pagos nesse exercício financeiro, devem ter seus valores abatidos da dotação orçamentária da LOA de 2012.

Acerca da modalidade do empenho, julgue os itens seguintes.

- 50 Se não houver definição do montante da despesa deve-se adotar a modalidade de empenho por estimativa.
- 51 Deverá ser global a modalidade de empenho para as despesas empenhadas com contratos de limpeza e conservação cujo pagamento for parcelado ao longo de sua vigência.

Em relação à participação financeira ou econômica em projetos realizados em conformidade com a Instrução Normativa n.º 41/2010 do SEBRAE, julgue os itens a seguir.

- 52 As contrapartidas econômicas dos projetos, realizadas por intermédio de bens, serviços ou mão de obra, não necessitam ser comprovadas.
- 53 A participação financeira do sistema SEBRAE em projetos de iniciativa de parceiros deve ser de até 50% do valor total do projeto.

A respeito da utilização de recursos do SEBRAE em convênios, julgue os seguintes itens com base no que dispõe a Instrução Normativa n.º 41/2010 do SEBRAE.

- 54 A aquisição de bens móveis e imóveis pode ser autorizada, desde que esteja relacionada a benfeitorias no imóvel vinculado ao objeto do convênio.
- 55 Em convênios, não há imposição de limites quanto à utilização de recursos do SEBRAE para o pagamento de despesas administrativas.

Com base no disposto na Instrução Normativa n.º 41/2010 do SEBRAE, julgue os itens subsequentes.

- 56 O partícipe interveniente assume obrigações perante o SEBRAE e o partícipe executor, sem se responsabilizar pela execução do objeto.
- 57 A prestação de contas dos convênios deve ser efetuada no sistema eletrônico PRESTECONTAS, disponibilizado pelo SEBRAE.
- 58 O gestor de convênio de que trata a Instrução Normativa n.º 41/2010 do SEBRAE deve ser o empregado do SEBRAE responsável pelo monitoramento da execução e pela avaliação dos resultados do projeto.
- 59 O termo aditivo é o instrumento jurídico destinado à efetivação de alterações, incluída a natureza do objeto aprovado, nas parcerias firmadas pelo SEBRAE.
- 60 Como condição para análise de seu projeto, a entidade parceira deve apresentar as certidões que comprovem sua regularidade fiscal, que deve ser mantida como condição para a assinatura dos instrumentos pelo SEBRAE.
- 61 Durante a execução das ações do convênio, somente a presidência do SEBRAE poderá solicitar auditoria do objeto do convênio.

Acerca do Microsoft PowerPoint 2007, julgue os itens seguintes.

- 62 Apresentações criadas no PowerPoint 2007 podem conter figuras e sons, não sendo, entretanto, possível incluir vídeos ou animações nos eslaides de uma apresentação.
- 63 No PowerPoint 2007, é possível atribuir teclas de atalho a comandos específicos, como, por exemplo, para o recurso Colar Especial.

Julgue os itens a seguir, relativos ao Microsoft Word 2007.

- 64 Em documentos em elaboração no Word 2007, é possível colar, na forma de objeto, dados advindos de planilhas do Microsoft Excel 2007.
- 65 No Word 2007, a inserção de referências cruzadas é realizada por meio de estilos aplicados ao documento.

A respeito do Microsoft Excel 2007, julgue os itens subsequentes.

- 66 Na fórmula =SOMA(A1;A3), o símbolo de ponto e vírgula (;) indica que o intervalo de abrangência da fórmula compreende as células de A1 a A3.
- 67 A inserção do símbolo \$ na identificação de uma célula, como, por exemplo, em \$A\$1, permite a proteção do conteúdo dessa célula contra alterações.

Com referência às ferramentas de análise e extração de dados para Internet, julgue os itens subsequentes.

- 68 Alguns sítios disponíveis na Internet permitem extrair dados neles armazenados em formato XML.
- 69 Com o Office Web Components, da Microsoft, é possível desenvolver páginas *web* dinâmicas e, assim, analisar dados extraídos de banco de dados.
- 70 Todos os dados de um sítio *web* acessados por meio de protocolo *http* podem ser extraídos, independentemente do perfil de acesso do usuário.

PROVA DISCURSIVA (ESTUDO DE CASO)

- Faça o que se pede a seguir, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA (ESTUDO DE CASO)**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

ativo		
	31/12/2009	31/12/2010
circulante	3.000	4.800
caixa e equivalentes de caixa	1.300	2.500
clientes	700	1.000
estoques	1.000	1.300
não circulante	3.500	6.820
imobilizado	3.500	6.820
veículos	1.200	3.140
(-) depreciação acumulada	200	320
terrenos	2.500	4.000
total	6.500	11.620

passivo		
circulante	2.000	4.520
fornecedores	800	1.900
empréstimos bancários	1.200	1.590
IR/CSLL a recolher	0	1.030
patrimônio líquido	4.500	7.100
capital social	4.500	5.800
reservas de lucros	0	1.300
total	6.500	11.620

demonstração do resultado do exercício		
receita de vendas		9.500
(-) custo da mercadoria vendida		5.000
(=) lucro bruto		4.500
(-) despesas operacionais		
vendas	600	
administrativas	400	
depreciação	120	
financeiras	480	1.600
(=) lucro operacional		2.900
(-) provisão para IR/CSLL		1.030
(=) lucro líquido do exercício		1.870

As tabelas acima apresentam as demonstrações contábeis de determinada empresa, com valores em reais. No período considerado, a parcela do lucro líquido do exercício não destinada a reservas foi destinada a dividendos; a conta empréstimos bancários não sofreu influência de juros ou variações cambiais; capital social adicional foi integralizado em dinheiro. Além disso, a receita de vendas constante na respectiva tabela já está líquida de devoluções e abatimentos.

Com base nas informações acima, e desconsiderando outros dados ou informações, redija um texto dissertativo acerca da demonstração de fluxo de caixa pelo método direto, correspondente às movimentações fornecidas. No seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ características, função, estrutura, contribuições e métodos de elaboração da demonstração de fluxo de caixa;
- ▶ caixa gerado em função das vendas, no caso em questão, e elementos que o compõem;
- ▶ valor da variação de caixa e equivalentes de caixa verificado no caso em análise, sua segregação em atividades e os valores e a forma como é avaliada a influência dessas atividades na geração de caixa.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	